



07 de Maio de 2015

EM DIA

FUTEBOL: A VIÚVA PAGA CALADA



PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA
Professor Titular do Departamento de Economia
e Relações Internacionais da UFRGS

A análise do esporte sob o prisma da economia, em especial do futebol, já é usual internacionalmente, mas no Brasil o tema ainda é tabu. Ouvem-se comentários sobre as cifras envolvidas, dados mais brutos vêm à tona, como salários de jogadores e arrecadação dos jogos, mas a discussão fica por aí.

A Medida Provisória 671, conhecida por “MP do Futebol”, enseja bom motivo para aprofundamento do debate. Ela propõe o refinanciamento das dívidas dos clubes, mas acaba mexendo em práticas consagradas no meio futebolístico, como a estrutura oligárquica das federações, cujos dirigentes podem se reeleger eternamente e, para tanto, recorrem a práticas nem sempre recomendáveis e transparentes. Prevê a participação dos atletas nos colegiados de direção e punição a quem cometer gestão irregular (não só ao clube, mas às próprias pessoas e bens dos dirigentes). Tudo parece tão razoável que seus defensores a associam a Bom Senso F.C..

No entanto, as resistências são enormes. A torcida contrária, ou melhor, os dirigentes, criticam o espírito intervencionista da MP. A ingerência exagerada do Estado na administração e nas “regras do jogo” feriria a espontaneidade e a

liberdade inerente ao esporte. O problema é que se estima em R\$ 4 bilhões o refinanciamento das dívidas. Fica difícil explicar como um dos negócios de maior receita do planeta, com demanda cativa assentada na emoção dos torcedores, capaz de pagar salários milionários, sem similar no mercado, e faturar outros tantos em publicidade, precise apelar aos cofres públicos para se sustentar. E que tudo deva ser feito sem fiscalização ou transparência nas contas, sem explicar onde se gasta e por que se chegou a tal déficit.

A contradição lembra o adolescente que sai de casa em nome da liberdade, mas depende de mesada

A contradição é evidente. Lembra o adolescente que sai de casa em nome da liberdade, mas depende da mesada dos pais. Recorre-se ao liberalismo para defender autonomia de gastos e de gestão, mas quando há déficit apela-se ao intervencionismo: a viúva paga, com isenções e subsídios. E deve pagar calada, sem exigir ao menos fiscalização e mudança de práticas. Em tempos de retórica de austeridade nada fere mais a razoabilidade. Mas, como se sabe, o tal comportamento dos cartolas não é exceção.